

Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais

Renato Cancian

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Resumo

A recente publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014) recupera algumas discussões temáticas vinculadas à atuação política de influentes atores e instituições sociais no período histórico que abrange o golpe de Estado de 1964 e os anos de ditadura militar. O Relatório Final concede destaque à Igreja Católica, mas considera contraditória a atuação política desta instituição eclesial diante da ruptura institucional e vigência do regime de exceção. A proposta deste artigo é problematizar alguns aspectos teóricos e analíticos subjacentes à produção de pesquisas acadêmicas sobre o catolicismo contemporâneo com a finalidade de reavaliar a trajetória política da Igreja Católica no Brasil, com ênfase no conflito Igreja-Estado no período de vigência da ditadura militar (1964-1985).

Palavras-chave : Igreja Católica, ditadura militar, justiça social, direitos humanos.

Abstract

The recent publication of the Final Report of the National Truth Commission (NTC, 2014) recovers some thematic discussions related to the political activities of influential actors and social institutions in the historical period covered by the State 1964 coup and the years of military dictatorship. The Final Report gives emphasis to the Catholic Church, but considers contradictory political actions of this ecclesiastical institution in the face of institutional breakdown and duration of the exception regime. The purpose of this article is to discuss some theoretical and analytical issues relating to the production of academic research on contemporary Catholicism in order to reassess the political history of the Catholic Church in Brazil, with emphasis on church-state conflict in the period of the military dictatorship (1964-1985).

Keywords Catholic Church, military dictatorship, social justice, human rights.

Introdução

A ditadura militar cerceou as liberdades democráticas e os direitos de cidadania; reprimiu, com violência, opositores políticos e movimentos populares e transformou a tortura em política de Estado. No contexto de terror e violência repressiva, a Igreja Católica se converteu em uma influente força de contestação política ao regime ditatorial e conflitou abertamente com os governos militares em assuntos relacionados aos direitos humanos e promoção da justiça social. Apesar do conflito entre os governos militares e a instituição eclesiástica ter se tornado agudo em alguns momentos, não houve ruptura nas relações Igreja-Estado. Esse é o aspecto mais controverso das relações Igreja-Estado que tem suscitado interpretações apontando para a dubiedade e os limites da atuação da Igreja no contexto ditatorial. Neste artigo, sustento a hipótese de que a Igreja Católica é uma instituição complexa em termos de estrutura organizacional e funcionamento e por essa razão é preciso levar em consideração vários fatores condicionantes para o entendimento de sua atuação. Além deste pressuposto, assinalo que o conflito Igreja-Estado, no Brasil, está associado às mudanças intersticiais que estavam ocorrendo no âmago da instituição eclesiástica antes do golpe militar de 1964, mas que contribuíram para potencializar o conflito, sobretudo após o endurecimento do regime a partir de 1968.

O interesse pela problemática envolvendo as relações e o conflito Igreja-Estado durante a ditadura militar foi suscitado pela recente publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que oferece, a meu ver, uma oportunidade para que pesquisadores da área acadêmica procedam à revisão de algumas temáticas ligadas ao campo das ciências sociais que perderam importância acadêmica após a transição democrática. Instituída pelo Governo Federal, em observância à lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, a CNV teve como missão preservar a memória histórica, esclarecendo a verdade no que se refere à responsabilidade do Estado brasileiro por violações dos direitos humanos perpetrados entre 1946 e 1988²⁵⁸. É preciso enfatizar que o relatório final não apresentou informações novas tanto em termos de sua amplitude como em conteúdo, sobretudo se forem considerados o registro histórico que se encontra preservado sob a forma de pesquisas acadêmicas desenvolvidas no âmbito das ciências sociais sobre os períodos em questão. Mas este aspecto não significa que a

258 Em seu trabalho de dois anos, a CNV congregou instituições públicas e organizações da sociedade civil, de modo que voluntários, pesquisadores, assessores, técnicos, parlamentares, conselheiros, entre outros especialistas, realizassem o trabalho de sistematização de informações sobre a repressão política no período da ditadura militar. Esse material reúne coleta de depoimentos orais, consulta em arquivos pessoais e públicos e revisão de material já havia sido publicado. Todo esse material foi organizado em um padrão cronológico sob o rol de temáticas específicas.

CNV produziu um relatório anódino ou de pouca relevância porque a mobilização de pesquisadores em escala nacional abrirá caminho para revisões de temáticas que, nos próximos anos, terão desdobramentos no campo da pesquisa social. A partir dessas considerações, é oportuno assinalar que CNV dedicou especial atenção à atuação da Igreja Católica na conjuntura política que se inicia com o golpe militar de 1964. Sobre a ruptura institucional, o documento apresenta a seguinte interpretação dos fatos:

O golpe militar de 1964 correspondeu aos desejos de um grupo numeroso da hierarquia e do clero católicos. Liderados pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e por monsenhor Sigaud, bispo de Diamantina, os setores conservadores apoiaram a deposição do presidente João Goulart certos de que somente a ação dos militares seria capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a ordem moral no país. Também temiam o avanço das ideias progressistas, emanadas do concílio Vaticano II e orientadas, no Brasil, pelo arcebispo de São Paulo, Carlos Carmello Motta, pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro, dom Hélder Câmara e pelo arcebispo de Aracaju, dom José Távora. Ideias que exprimiam a crença em uma vivência evangélica que só se completaria pela luta por uma ordem social mais justa, contra a degradação da condição humana.²⁵⁹

No parágrafo citado, o documento é enfático ao afirmar que houve apoio da Igreja à intervenção militar fazendo referências explícitas a um “grupo numeroso” da hierarquia, composto por influentes bispos e arcebispos que apoiaram a deposição do presidente constitucional João Goulart, por considerar que seu governo estava decidido a implantar o comunismo no país. O texto também aponta a existência de uma divisão interna na Igreja em termos de posicionamento ideológico dos atores, considerados como refratários ao avanço do que se convencionou chamar de ideias progressistas dentro da Igreja. No mesmo texto do documento, há uma interpretação da mudança de posicionamento da Igreja nos anos seguintes além de apontar alguns fatores que contribuíram para a emergência do conflito Igreja-Estado:

O equilíbrio de forças na Igreja, em benefício do regime militar, começou a mudar diante da evidência dos expurgos coercitivos da ditadura. Em 1967, a prisão dos monges beneditinos do Mosteiro do Vinhedo, em Campinas, onde se havia realizado o encontro clandestino da União Nacional dos Estudantes e a invasão policial do Convento das Perdizes, em São Paulo, marcou o início da espiral de tensões entre parte da Igreja e militares, o que conduziu ao progressivo envolvimento do clero católico na proteção dos perseguidos políticos. A resposta dos religiosos foi clara: não aceitavam jurisdição dos militares sobre o apostolado; a prisão de padres, por qualquer razão, tornaria muito difícil o diálogo entre Igreja e Estado Mas foi a constatação da tortura como política de Estado que

259 Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Volume II, p. 384.

levou parte da hierarquia católica a evoluir de uma posição neutra ou conservadora para a denúncia sistemática da violência da ditadura e a firme defesa dos direitos humanos.²⁶⁰

No trecho cima, a repressão policial que atingiu os quadros eclesiásticos de base aparece como fator responsável pela solidariedade intraorganizacional que levou a hierarquia católica a defender a inviolabilidade da Igreja. O segundo aspecto envolve o reconhecimento e conscientização por parte da hierarquia católica da existência de práticas sistemáticas de tortura como recurso de repressão política por parte do governo²⁶¹. Os dois trechos citados constituem, portanto, referências para uma interpretação de dois momentos distintos da atuação da Igreja Católica envolvendo apoio e contestação aos governos militares. Como entender as particularidades da relação Igreja-Estado no Brasil no período ditatorial? Para responder a esse questionamento é necessário efetuar uma revisão dos enfoques analíticos e abordagens teóricas dos estudos sobre a Igreja Católica no Brasil.

A Igreja e o Estado na América Latina: uma incursão na literatura sobre o catolicismo

A produção de pesquisas acadêmicas sobre o catolicismo contemporâneo foi bastante expressiva nos planos nacional e internacional nas décadas de 1960 e 1970. No Brasil, em particular, o período em questão representou uma mudança qualitativa demarcada pela realização de pesquisas sociais fundamentadas em novas teorias e enfoques analíticos que passaram a ter como objeto de estudo a atuação da Igreja Católica em articulação com a sociedade e a política, sob uma perspectiva histórica²⁶². O que explica esse renovado interesse da área acadêmica pela produção de estudos sobre a instituição eclesiástica foram as profundas mudanças que se processaram no conjunto das igrejas católicas situadas no subcontinente latino americano. *Que mudanças afetaram as igrejas católicas da América Latina? Que*

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ O Relatório Final apresenta um detalhamento da repressão política contra membros da Igreja, fazendo referência às vítimas, aos locais e às datas que os fatos ocorreram.

²⁶² Os estudos sobre o catolicismo desenvolvidos até 1960 estão alicerçados em paradigmas e teorias da antropologia cultural e da sociologia da religião, com foco na análise do fenômeno religioso associado ao predomínio do catolicismo popular (crenças, simbolismo, princípios filosóficos, éticos e morais, práticas ritualísticas, devocionais e confessionais), que era vivenciado pelas comunidades rurais locais. Portanto, esses estudos não analisaram o catolicismo em sua forma institucionalizada representada pela Igreja. Ver Steil, Carlos Alberto; Herrera, Sonia Reyes. *Catolicismo e Ciências Sociais no Brasil: mudança de foco e perspectiva num objeto de estudo*. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, jan/abril de 2010, p. 354-93.

impacto essas mudanças tiveram nas sociedades latino-americanas? No início dos anos 1960, era possível notar em alguns países do subcontinente um deslocamento das igrejas católicas no sentido de um gradual abandono da posição de instituição de controle social e das estruturas tradicionais – característica de países predominantemente agrários e subdesenvolvidos com populações pobres e marginalizadas política, social e economicamente –, em direção a uma aproximação junto às camadas e classes populares. Essas mudanças indicavam o início de um processo que se aprofundaria nas décadas seguintes de engajamento institucional eclesial em projetos de reforma e transformação social, visando à superação das condições de subdesenvolvimento, de pobreza e das injustiças e desigualdades sociais que vicejavam nestas sociedades²⁶³.

As mudanças que ocorreram nas igrejas católicas do subcontinente contribuíram para a evolução do catolicismo mundial, porque estimularam o aparecimento de inovações eclesiais que abriram caminho para o desenvolvimento de novas teologias, renovação das ações pastorais e criação de novas organizações católicas²⁶⁴. É neste contexto que ocorre uma inflexão nos estudos sobre o catolicismo contemporâneo latino-americano, resultando na consolidação de uma nova linha de pesquisa centrada no aspecto institucional do catolicismo focando a investigação do potencial da instituição eclesial de promover mudanças na sociedade. Nesse sentido, é correto afirmar que o desenvolvimento de pesquisas dentro da referida área temática retomou o debate sobre as inter-relações envolvendo religião e política, que remonta a fase de constituição da própria sociologia ao enfatizar a relevância do estudo das crenças religiosas e de suas capacidades de engendrar mudanças e rupturas sociais ou contribuir para conservar a ordem e as relações de dominação vigentes²⁶⁵. As pesquisas desenvolvidas a partir deste enfoque teórico são, em sua maioria, de escopo macrosociológico, porque incluem estudos comparativos (de âmbito regional ou continental) e estudos de casos de países específicos. Caracterizam-se pela interdisciplinaridade, pois tanto a sociologia como a história e a ciência política forneceram valiosas contribuições na investigação do tema²⁶⁶.

263 Por se tratar de um subcontinente territorialmente vasto e diferente em termos de condições sociais, políticas, econômicas e culturais, as mudanças nas igrejas locais ocorreram de forma desigual.

264 Até a primeira metade do século 20 o catolicismo latino-americano era dependente das vanguardas católicas europeias, sobretudo de países como França e Bélgica, que influenciavam as teologias, as práticas pastorais e os programas de ações sociais. A partir da segunda metade do século as mudanças nas igrejas católicas latino-americanas foram acompanhadas de uma série de inovações teológicas, pastorais e organizacionais.

265 A referência são as teorias do cientista social alemão Max Weber, que analisou a capacidade de diferentes religiões de encorajar ou não mudanças na estrutura social, por meio do desenvolvimento de ideologias alicerçadas em princípios religiosos, ético e morais, capazes de afetar o comportamento dos indivíduos.

266 Importante destacar que não foi levada em consideração a produção bibliográfica de matriz teológico-

É possível apontar uma gama de pressupostos teóricos institucionalistas que serviram de matriz para o desenvolvimento de estudos sobre o processo de mudança nas igrejas católicas do subcontinente. Podem ser elencados da seguinte forma: 1) a trajetória da Igreja Católica é inseparável da história da sociedade e da política dos países que formam o subcontinente latino-americano, porque desde o início do empreendimento colonial o cristianismo fundiu-se com as estruturas políticas de dominação, assegurando ao catolicismo romano o monopólio da crença e confissão; 2) o fim da colonização resultou na fragmentação política do subcontinente, dando origem a diversos processos de emancipação política e de construção de estados nacionais, mesmo assim o cristianismo assegurou o *status* de religião oficial; 3) a Igreja e o Estado formaram uma unidade, porém a acomodação institucional do catolicismo às estruturas de poder político diferiu em cada país; 4) a vinculação do catolicismo às estruturas do poder político converteu as igrejas católicas latino-americanas em instituições de controle social, reforçando o posicionamento conservador na preservação da ordem tradicional e dos interesses das forças sociais dominantes; 5) a Igreja Católica é concebida como uma empresa religiosa encarregada de prover bens simbólicos de “salvação” para atender os interesses e demandas provenientes de determinados grupos sociais ou do conjunto da sociedade; 6) a Igreja Católica é uma burocracia de grandes dimensões, tanto em sua extensão como em termos de diferenciação interna, pois opera a partir de uma comunidade de membros que atuam por meio da divisão interna do trabalho, com base em hierarquias bem definidas para o cumprimento de funções específicas, possui um sistema hierárquico representado pelo alto e baixo clero, mecanismos de recrutamento e de formação de novos membros, normas e sanções disciplinares que regulam internamente a conduta do clero e as relações da Igreja com a sociedade leiga, a produção da teologia, da doutrina e dos dogmas, envolvendo desde assuntos de natureza metafísica, envolvendo a fé; fatos e acontecimentos históricos, que são aceitos e difundidos como verdades incontestes; e, também, uma gama variada de interdições e prescrições de caráter moral relacionada à vida íntima e social dos fiéis; 7) a Igreja Católica contemporânea é uma organização supranacional que agrupa as igrejas sediadas nos territórios dos Estados nacionais – onde cardeais, arcebispos, bispos, clérigos (padres, freiras, missionários, agentes pastorais) bem como grupos de leigos, atuam no âmbito de arquidioceses, dioceses, prelazias, paróquias, diversas pastorais, órgãos assistenciais e educacionais – e o magistério pontifício representado pela Santa Sé, que é a sede do catolicismo e centro administrativo do conjunto das igrejas locais sediadas nos diferentes países; 8) a unidade celular de poder na Igreja Católica é a diocese, liderada pelo bispo, pois é a

confessional e filosófica elaborada por intelectuais e pensadores católicos com vínculos com a instituição eclesial.

diocese que implementa as diretrizes das ações pastorais e práticas de evangelização; os bispos devem lealdade ao papa.

Esses pressupostos revelam a complexidade do campo religioso católico e o desafio com qual se deparam os estudiosos da Igreja. Essa é a razão pela qual existem múltiplas dimensões sociológicas que podem ser exploradas sobre o tema, entre as quais: a coesão e os conflitos internos, envolvendo níveis hierárquicos e entre as elites eclesiásticas, as demandas e necessidades propriamente organizacionais (como recursos humanos, materiais e financeiros), as estratégias para a ação missionária que se traduz na difusão do credo religioso na sociedade, as interações políticas envolvendo as relações com o Estado e o poder governamental. Partiremos agora para o exame das principais abordagens teóricas de análise sobre a Igreja Católica no Brasil.

A análise da mudança na Igreja a partir da ação do episcopado: as contribuições da abordagem institucional

Para elucidar as causas das mudanças que se processaram na Igreja Católica no Brasil – incluindo o conflito Igreja-Estado –, é preciso recorrer à exposição da abordagem teórica institucional. As principais referências são as pesquisas dos cientistas sociais Ivan Vallier (1970, 1971, 1972) e Thomas Bruneau (1974, 1974b, 1980, 1985), que se dedicaram ao estudo sociológico das religiões com interesse particular pela vertente institucional do catolicismo. As pesquisas de Vallier forneceram inestimáveis contribuições para compreensão do funcionamento e mudança na instituição eclesiástica, sobretudo por ter efetuado estudos de nível macroestrutural, valendo-se do método comparativo e da análise envolvendo três dimensões: a) estrutura organizacional das igrejas; b) os processos sociais em curso; c) a inserção das igrejas no contexto histórico mais amplo.

Em seu estudo comparativo mais abrangente, Vallier (1970) sustenta que o objetivo central da Igreja é a propagação universal da fé e da doutrina cristãs. Para consecução deste objetivo central, a Igreja depende de uma estrutura organizacional provida de recursos humanos, materiais e financeiros. Ao longo de sua existência milenar, várias foram as estratégias desenvolvidas pela Igreja Católica Apostólica Romana para o cumprimento de seus objetivos, porém Vallier constatou que, ao se apoiar nas estruturas do poder político e do aparelho estatal para cumprir seu plano missionário, a Igreja, inexoravelmente, se compromete com a legitimação ideológica da ordem social ao desempenhar a função de instituição de controle social por meio de recursos simbólicos alicerçados no conjunto de preceitos ético-morais cristãos. Contudo, as formas históricas de interação da Igreja com a

política – concordatas, atividades partidárias ou grupo de pressão –, não são capazes de assegurar a plena preservação dos interesses institucionais do catolicismo. Isso ocorre por duas razões. A primeira delas é que muito embora o estreitamento dos laços com as estruturas do poder político permita que a Igreja obtenha recursos variados (na forma de prerrogativas e provimentos), no longo prazo esses laços podem comprometer o desenvolvimento organizacional autônomo, bloqueando o aparecimento de inovações eclesiais que auxiliam na renovação de práticas pastorais em sociedades que passam por transformações estruturais por conta do desenvolvimento e modernização.

A segunda razão envolve mais propriamente a natureza das alianças com o poder político, porque historicamente o compromisso mútuo estabelecido entre Igreja e Estado conduz as igrejas a uma relação de acomodação/subordinação. Tratando-se de uma instituição eclesial, a questão crucial é compreender a influência que os preceitos religiosos têm nas ações que conduzem a Igreja a se envolver com a política. Em outras palavras, em que medida a religião – que fornece as diretrizes da missão evangelizadora – determinaria o afastamento ou envolvimento da Igreja com a política? Os proponentes da abordagem institucional não consideram o elemento religioso como uma variável dependente e nem mesmo totalmente independente.

De acordo com os pressupostos teóricos institucionalistas, o desenvolvimento dos preceitos religiosos e suas mudanças ao longo da história não se processam no vazio, porque a instituição eclesial é afetada pela sociedade em que está inserida. Neste sentido, as mudanças dos preceitos religiosos são concebidas como “ajustes” para lidar com a sociedade em permanente transformação.²⁶⁷

As hipóteses formuladas por Vallier se ajustam à trajetória do catolicismo brasileiro, tendo em vista que os períodos históricos marcados por alianças e concordatas políticas produziram consequências de longo prazo para a ação missionária da Igreja Católica. Dois momentos históricos são considerados emblemáticos: o regime monárquico e o Estado Novo. O cientista político Thomas Bruneau (1974, 1974b) corroborou a tese da debilidade organizacional da instituição eclesial em decorrência da vinculação às estruturas políticas do Estado brasileiro, ao constatar que a Igreja, sob o regime monárquico, foi equiparada a um mero “departamento ordinário do governo”, extremamente débil no aspecto organizacional e altamente dependente de recursos²⁶⁸. Toda a extensão da debilidade organizacional do

267 Para os institucionalistas o grau de burocratização da instituição eclesial ajuda a compreender como as mudanças dos preceitos religiosos interagem com os interesses de seus membros, enquanto ocupantes de cargos e dependentes de padrões de *status* e recursos materiais.

268 Ver Bruneau, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974. A subordinação da Igreja ao Estado monárquico foi assegurada pela imposição das normas do padroado e do beneplácito, que tinham por finalidade regular rigidamente a conduta dos clérigos. Essa situação se

catolicismo foi desvelada com a separação entre Igreja-Estado ocorrida após a proclamação da República (1889), no marco do governo provisório e da Constituição de 1891, que definiu o Estado brasileiro como laico²⁶⁹. No momento da separação legal entre a Igreja e o Estado “havia somente doze dioceses e 13 bispos em todo o Brasil, e apenas cerca de 700 padres”; para contrastar, “nos Estados Unidos, que tinha uma população católica muito menor, havia 84 bispos e cerca de 8 mil padres”²⁷⁰.

O período subsequente vai se caracterizar por um notável reaparelhamento da instituição eclesiástica, baseado na expansão organizacional e adoção de novas estratégias e práticas pastorais, mas sem depender diretamente das estruturas políticas e do apoio governamental. Esse período foi riquíssimo em termos de mudanças na Igreja e envolveu inicialmente um conjunto de ações do episcopado nacional visando à reconstrução e expansão organizacional a partir do estreitamento dos laços com a Igreja Católica Romana, resultando na obtenção de consideráveis recursos (materiais e humanos) que contribuíram para consolidar a reestruturação do catolicismo brasileiro. Com o empenho do episcopado nacional e a ajuda de Roma, a Igreja Católica no Brasil melhorou suas receitas, conseguiu recuperar seu patrimônio imobiliário e reconstruiu as casas de formação e seminários e ampliou consideravelmente sua presença no territorial nacional além de inserir-se nas atividades escolares²⁷¹.

Por volta do final da década de 1910, paralelamente aos exitosos projetos de expansão organizacional, o episcopado nacional definiu com mais clareza os objetivos institucionais visando a uma vigorosa reinserção do catolicismo na esfera sociocultural, mediante a adoção de doutrinas e práticas pastorais mais consistentes. Os elementos basilares dessa nova estratégia eram coerentes com o que os institucionalistas conceituam de “neocristandade”, envolvendo os seguintes atributos: 1) oposição à secularização da sociedade e das instituições sociais (educacionais); 2) resistência ao avanço de outras confissões religiosas, sobretudo o protestantismo; 3) anticomunismo acentuado; 4) defesa dos princípios de ordem, hierarquia e tradição baseados nos valores morais cristãos. Esses quatro elementos são suficientes para

aproxima de uma condição de “subserviência” da Igreja e pode ser explicada pelo contexto mais amplo de construção do Estado nacional que se caracterizou pela centralização do poder político secular.

269 O catolicismo foi equiparado a todas as outras religiões igualmente reconhecidas pelo Estado. A liberdade de culto e o direito da posse dos bens por parte das igrejas foram legalmente assegurados. O casamento religioso perdeu seu status para o civil e a educação foi laicizada. O Estado brasileiro subvencionou o clero católico por mais um ano e depois se desobrigou do encargo.

270 Idem; p.

271 Sobre estas reformas organizacionais ver Miceli, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

caracterizar o catolicismo da neocristandade como conservador, por ser refratário à aceitação de mudanças sociais advindas com a modernidade.²⁷²

A adoção de novas diretrizes doutrinárias, alicerçadas nos princípios da neocristandade, produziram mudanças organizacionais na Igreja cujos objetivos envolviam a defesa e expansão da fé católica em todas as esferas da vida social, e para consecução destes objetivos foi necessário dispor de novas organizações católicas. De 1920 a 1935, foram criadas as seguintes organizações: Ação Católica Brasileira, Centro Dom Vital, Liga Eleitoral Católica, União Popular, Liga Brasileira das Senhoras Católicas, Aliança Feminina, Congregação Mariana e Juventude Universitária Católica²⁷³. Essas organizações se converteram em canais de participação de leigos pertencentes às classes médias que atuaram como combativos militantes defensores da fé católica para influenciar as elites políticas e sociais.

A estratégia missionária do catolicismo da neocristandade dependia da política institucional para assegurar, dentro da legalidade, demandas e reivindicações formuladas pela Igreja. A área educacional teve prioridade em termos de reivindicação e isso explica as pressões da Igreja e dos militantes católicos para reinserção do ensino religioso nas escolas públicas e a manutenção da subvenção estatal das instituições educacionais católicas²⁷⁴. Cabe mencionar nesse contexto a figura de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, nesta época o mais influente integrante da elite clerical católica²⁷⁵. Contando com o apoio do Vaticano, Dom Leme consolidou uma posição de liderança na hierarquia eclesiástica brasileira que o consagrou a dirigir os destinos da Igreja no Brasil objetivando concretizar a chamada “restauração católica” que se concretizou com a chegada de Getúlio Vargas ao poder após Revolução de 1930 e o estabelecimento de uma concordata entre a Igreja e o Estado brasileiro que durou até 1945.

Como interpretar a restauração católica a partir da concordata entre a Igreja e Estado brasileiro neste período? Não há grandes disparidades entre as interpretações dos estudiosos do catolicismo brasileiro. De modo geral, a hipótese mais aceita é a de que os interesses

272 Esses elementos não representam uma originalidade do catolicismo brasileiro, pois acompanhava a tendência geral conservadora do catolicismo europeu, fiel às diretrizes impostas pelos pontificados de Bendito XV (1914-1922) e Pio XI (1922-1939).

273 Sem dúvida a mais importante dessas organizações foi a Ação Católica Brasileira, fundada em 1935. Sua origem remonta ao movimento internacional de iniciativa da Ação Católica romana.

274 Importante enfatizar que as instituições educacionais católicas sempre foram elitistas visando incorporar as classes médias e altas. Mas a Igreja da neocristandade se ocupou da defesa dos costumes tradicionais, da obediência à ordem e a hierarquia, defendeu abertamente a proibição do divórcio e a moralidade pública.

275 Dom Leme nasceu em 1882, no Espírito Santo, doutorou-se em Filosofia e Teologia, ocupou os cargos de provigário-geral da Diocese de São Paulo e depois o de bispo auxiliar do Rio de Janeiro antes de ser nomeado arcebispo da Arquidiocese de Olinda, em 1916. Em 192, foi nomeado arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, posição de grande prestígio.

institucionais da Igreja se coadunaram com os das classes dominantes, principalmente das elites políticas que assumiram a direção do aparelho do Estado após a vitória do movimento revolucionário que derrubou o presidente Washington Luís. A partir dos anos 1920 a República Oligárquica caminhou para o colapso político por conta do crescente antagonismo entre as elites e a insurgência de movimentos revolucionários. A Igreja atravessou a década fortalecendo-se como instituição tradicional e conservadora, defensora da estabilidade da ordem política e social. Com a revolução, Igreja e Estado firmaram uma relação de cooperação²⁷⁶ porque se tratava de um pacto convidativo aos interesses das novas elites políticas e da hierarquia católica²⁷⁷. Para os institucionalistas, embora a concordata firmada entre Igreja-Estado tenha servido aos interesses de ambas as instituições, o acordo afetou organizacionalmente a Igreja.

O impacto mais visível foi o definhamento gradual dos movimentos leigos que atuavam no âmbito das organizações católicas e que tinham sido bem sucedidos nos objetivos de defesa do movimento de restauração católica²⁷⁸. Em outubro de 1945, o então presidente ditador, Getúlio Vargas, foi forçado a renunciar por imposição dos militares. Uma nova carta constitucional foi promulgada em 1946 e o Brasil inaugurou um sistema político genuinamente democrático que permaneceu em funcionamento até o golpe militar de 1964.²⁷⁹

Mudança estrutural da sociedade brasileira e crise orgânica do catolicismo

Nos anos de 1950, a eclesiologia católica, alicerçada nos princípios da neocristandade e apoiada no poder político do Estado Novo, sofreu um abalo e foi substituída por outras estratégias objetivando a preservação dos interesses institucionais da Igreja. O que afetava a instituição eclesiástica era a transformação estrutural da sociedade brasileira gerada pelo acelerado processo de desenvolvimento. O Brasil estava transitando de uma economia agrária e uma base populacional rural para um país urbano e semi-industrial, fenômeno conhecido como modernização e que apresentava as seguintes características: 1) migração do campo para

276 O *status* da relação Igreja-Estado neste contexto não era mais de caráter subordinativo e sim cooperativo, a Igreja tinha autonomia.

277 As duas cartas constitucionais promulgadas (1934 e 1937) asseguraram um conjunto de benefícios para a Igreja que fortaleceram a influência do catolicismo na esfera pública. Os atos governamentais e comemorações públicas oficiais passaram a contar com cerimônias religiosas católicas e os membros do clero passaram a ter livre acesso às repartições e instituições públicas.

278 A hierarquia da Igreja agiu deliberadamente para conter a ação do laico porque o fechamento do sistema político a partir do ano de 1937 foi acompanhado pela consolidação de uma estrutura corporativista de representação de interesses de classes conjugada com adoção de rígidas políticas de controle social. Nesta conjuntura política, a hierarquia católica conteve as organizações leigas por acreditar que o monopólio do catolicismo estava plenamente assegurado.

279 A Constituição de 1946 preservou os interesses da Igreja que haviam sido conquistados no âmbito do Estado Novo.

as cidades protagonizadas por camponeses pobres que se converteram em trabalhadores urbanos; 2) pluralismo religioso nas regiões urbanas densamente povoadas, acompanhado pelo crescimento das confissões protestantes; 3) surgimento de partidos políticos ideológicos, incluindo as agremiações de esquerda (comunistas) que adotaram novos padrões de mobilização do eleitorado urbano; 4) emergência de movimentos sociais que reivindicavam reformas sociais e mudanças estruturais; 5) crescente crise e polarização ideológica em torno dos projetos desenvolvimentistas e das políticas governamentais que se acentuaram com a chegada de João Goulart à presidência da República, em 1961.

Esse conjunto de mudanças indicava que a sociedade brasileira se tornava mais variada e mais propensa a superar a ordem tradicional, secularizar-se e inserir-se na modernidade. As transformações sociais abalaram as bases do monopólio religioso do catolicismo, gerando uma crise institucional na Igreja que foi enfrentada recorrendo-se a estratégias eclesíásticas bastante variadas, entre as quais incluíam a criação de novas organizações católicas, a reinserção dos leigos nas estruturas eclesíásticas e a formação de grupos de pressão política para assegurar os interesses institucionais do catolicismo. Subjacente à nova estratégia de ação, a Igreja começa a operar uma mudança na relação com a sociedade, baseada no gradual estabelecimento de vínculos de engajamento junto às classes populares e ao desenvolvimento de atividades sociopolíticas que se caracterizavam pela defesa de projetos sociais (de cunho reformista e transformador da ordem social).

A abertura da Igreja para as classes populares, juntamente com a defesa de projetos sociais, foram interpretadas de duas maneiras: primeiro, como uma ação deliberada do episcopado visando ampliar a influência do catolicismo em uma sociedade em rápida mudança; segundo, a alteração da missão evangelizadora da Igreja, independente das consequências que possa ter em termos de perda de influência do catolicismo na sociedade brasileira²⁸⁰. As pesquisas realizadas por Bruneau (1974, 1974b, 1985) testaram ambas as hipóteses a partir de um mapeamento das áreas sociais consideradas como potenciais “ameaças” ao catolicismo brasileiro por estarem suscetíveis à influência dos movimentos seculares e às ideologias de esquerda revolucionária, comprovando que foram nessas áreas sociais que as ações da Igreja se mostraram mais vigorosas²⁸¹, fazendo com que o episcopado

280 Outra vertente teórica assinala que a doutrina social da Igreja preconizava a humanização das camadas sociais mais pobres, por meio da melhoria de suas condições de vida e sua plena integração na sociedade como precondição para a conversão religiosa e aprofundamento da fé católica.

281 As seguintes áreas foram monitoradas pela Igreja: 1) o avanço das ideologias de esquerda revolucionária; 2) o crescimento das denominações protestantes; 3) o declínio acentuado das vocações que comprometia a recomposição dos quadros eclesíásticos; 4) as mudanças na área educacional por conta da expansão do ensino público; 5) a percepção de que o catolicismo não tinha influência sacramental e cultural no cotidiano das classes populares; e 6) a preservação dos interesses institucionais da Igreja em um sistema político democrático.

nacional coloca-se em prática ações que resultaria em uma ampla reestruturação organizacional. No bojo do processo de reestruturação organizacional, novas organizações foram criadas, enquanto que outras tiveram suas funções e áreas de atuação modificadas para se adequar aos projetos de engajamento em diferentes setores e classes sociais.

Em 1952, o episcopado nacional sob a liderança de Dom Hélder Câmara – um dos mais influentes membros do clero de sua geração – funda a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Considerada uma inovação do catolicismo brasileiro, a CNBB foi resultado da conscientização do episcopado nacional de que o vasto território do Brasil demandava uma organicidade das ações de missão evangelizadora e atividades pastorais. Neste contexto de inovações, a Ação Católica Brasileira promulgou novos estatutos que permitiram a especialização dos movimentos da juventude a partir da criação de uma variedade de organizações católicas que conduziram a reinserção do laicado nas estruturas eclesiais. Nestes anos, entraram em atividade a Juventude Agrária Católica; Juventude Estudantil Católica; Juventude Independente Católica; Juventude Operária Católica; Juventude Universitária Católica²⁸². Em 1961, funda-se o Movimento de Educação de Base (MEB) para atuar na área de educação popular, visando a ações de mobilização e alfabetização de jovens e adultos das regiões mais pobres do país. Nos anos 1960, aparecem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que vão se proliferar por todo o território nacional a partir de pequenas sedes, com o objetivo de desenvolver trabalhos de evangelização e conscientização política das populações pobres.

Reestruturação organizacional e conflitos ideológicos dentro da Igreja

Segundo os institucionalistas, a expansão organizacional da Igreja coloca desafios para a hierarquia em termos de controle sobre toda a estrutura, visando à preservação da unidade da instituição eclesial. A preservação da unidade é um elemento basilar na Igreja Católica; porém, diante de todas as mudanças internas de natureza eclesiológica e organizacional presenciadas nas décadas de 1950 e 1960, a Igreja se tornou mais diversificada nos aspectos ideológicos e burocráticos. No fim dos anos de 1950, duas tendências alcançaram hegemonia dentro da Igreja: os reformistas que apoiavam abertamente o engajamento da Igreja com questões sociais e os conservadores, que aceitavam a acomodação à secularização,

282 Essas organizações foram duplicadas com base no critério de gênero para atuar com a juventude feminina e a juventude masculina; contavam com quadros bem numerosos de militantes e atuavam no âmbito nacional.

discordavam do envolvimento aberto da Igreja na política²⁸³. As diferenças e os antagonismos ideológicos dentro da Igreja se ampliaram dramaticamente no esteio da crise da sociedade brasileira decorrente da acentuada polarização entre as elites políticas nos anos que precedem o golpe militar de 1964.

Nesta conjuntura, ocorre a radicalização da ação política dos militantes leigos que compunham os quadros de importantes organizações católicas e que haviam aderido às ideias marxistas e passaram a defender abertamente a construção do socialismo. A atuação desses militantes conduzirá a formação da chamada “esquerda cristã”. O episódio mais conhecido de radicalização das esquerdas católicas envolveu a JUC cujos militantes que atuavam no meio estudantil universitário partiram para a ação política contestatória contra o sistema capitalista, único modo de superar os problemas sociais do país. A ideologia esquerdista dos militantes jucistas envolvia uma simbiose entre os princípios do cristianismo e elementos originários da ideologia marxista dando origem ao socialismo humanista²⁸⁴.

O radicalismo esquerdista da JUC se tornou um sério desafio para os hierarcas católicos, porque a Igreja considerava a influência do comunismo como uma séria ameaça à sociedade brasileira e à própria instituição eclesiástica. Os embates entre a JUC e o clero geraram uma espiral de conflitos que se estenderam por alguns anos, cessando quando os militantes católicos abandonaram a organização para fundar uma agremiação genuinamente política desvinculada das estruturas da Igreja²⁸⁵. A trajetória da JUC exemplifica os limites impostos pela hierarquia católica a movimentos e grupos internos de base que buscam atuar de forma autônoma, desprezando a disciplina e controle da hierarquia católica. A tendência histórica dentro da Igreja é alienar de suas estruturas movimentos e grupos que se convertam em potenciais ameaças a preservação da unidade eclesiástica. É com base neste pressuposto que os institucionalistas sustentam que a religião encontra seus limites na preservação da unidade da Igreja. O catolicismo é uma religião altamente institucionalizada, uma empresa religiosa com elevado grau de burocratização que enfrenta constantes desafios sociais e políticos para perpetuar-se. Embora a religião tenha o potencial de fomentar a associação entre fé e política, entre missão evangelizadora e ativismo social, as contradições se tornam

283 Essas diferenças ideológicas constituem mais propriamente categorias analíticas para avaliar os conflitos em torno da missão evangelizadora do catolicismo. Porém, não há consenso entre os estudiosos do catolicismo, mesmo entre os institucionalistas, sobre uma base conceitual que seja capaz de avaliar as diferenças e conflitos ideológicos no âmbito da Igreja.

284 Os militantes jucistas defenderam um maior compromisso da Igreja na denúncia das desigualdades sociais e na promoção de projetos sociais.

285 Essa nova organização foi denominada de Ação Popular (AP) e surgiu em 1962, consolidando-se como força política influente entre as esquerdas a ponto de competir no cenário nacional com duas agremiações influentes: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

mais evidentes sempre que os princípios religiosos se chocarem com os interesses institucionais da Igreja²⁸⁶.

Crise institucional e golpe de Estado

A radicalização dos conflitos societários nos últimos anos do período democrático abalou severamente a governabilidade do país. O desfecho foi a interrupção do mandato constitucional do presidente Goulart (1961-1963) por uma intervenção militar: um golpe de Estado que teve início em 31 de março de 1964 e se consumou no dia seguinte, em 1º de abril. À medida que os dirigentes permaneceram no comando do governo, estabeleceu-se um conflito latente com o clero católico. Até hoje, a questão mais polêmica envolve as interpretações sobre o posicionamento da Igreja diante da intervenção militar. É fato que, no período mais agudo da crise, entre meados de 1963 e março de 1964, importantes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte presenciaram as Marchas do Rosário – também conhecidas por Marchas da Família com Deus pela Liberdade – que foram organizadas por mulheres católicas pertencentes às classes médias urbanas e que se converteram em vigorosos movimentos de protesto contra o governo de João Goulart²⁸⁷.

Estudiosos da Igreja e do período histórico consideram as marchas como indicadores do apoio da Igreja Católica ao ato de deposição de Goulart da presidência da República. Contudo, é preciso distinguir entre ações particulares e isoladas de autoridades eclesiais e o episcopado nacional que seria um indicador do apoio institucional da Igreja. Nesse sentido, foram poucos, com fraca ou nenhuma influência institucional, os membros do clero, sobretudo pertencentes à hierarquia que apoiaram enfaticamente as marchas. Esta tese é reforçada pela análise das propostas de reformas sociais que surgiram no âmbito do governo de Goulart e que tiveram apoio de alguns setores do clero porque algumas dessas reformas se ajustavam aos projetos de mudança social defendidos pela Igreja. Essa coincidência de objetivos, porém, não foi capaz de gerar um movimento do episcopado em apoio ao governo de Goulart²⁸⁸. Entre os dias 17 e 19 de março, a Comissão Central da CNBB emitiu um

286 As demais organizações católicas leigas também chegaram a manifestar tendência de radicalização, mas foram contidas pela vigorosa ação da hierarquia católica e continuaram a funcionar dentro dos limites da institucionalidade eclesial.

287 Em 19 de março, na cidade de São Paulo, ocorreu a maior delas com cerca de meio milhão de pessoas.

288 No âmbito do episcopado não havia unidade e clareza sobre as intenções políticas de Goulart e nem mesmo sobre o desfecho da crise. Nos meses que antecederam a intervenção militar, o sentimento de temor e receio do avanço do comunismo e de uma completa desorganização da sociedade estava disseminado em todos os setores.

comunicado oficial assinado por 26 bispos apoiando enfaticamente a intervenção militar sob o argumento que as Forças Armadas evitaram a tomada de poder pelos comunistas. Trata-se do único documento elaborado no âmbito da CNBB que endossa a destituição do presidente João Goulart.

No entanto, a permanência dos militares no poder e a escalada da repressão política contra cidadãos e grupos de oposição motivaram reações da Igreja. O posicionamento oficial da Igreja, a partir do exame do conjunto de documentos promulgados pela CNBB nos períodos dos anos 1964-1968, 1969-1972, 1973-1982, corrobora essa afirmação, pois o teor dessa documentação se baseia em denúncias de arbitrariedades e clamor pelo retorno à normalidade constitucional e democrática. Mas é preciso destacar que, embora os documentos promulgados no âmbito da CNBB sejam importantes indicadores do posicionamento oficial da hierarquia católica, de modo algum os documentos espelham a força institucional da Igreja, porque mesmo que haja consenso entre os bispos que compõem a Comissão Central, não significa que haja concordância e apoio do conjunto do clero que integra o episcopado nacional²⁸⁹.

A atuação do episcopado no âmbito da CNBB tem outro aspecto importante. Depois de 1964, por determinação da Santa Sé, a CNBB passou por uma reforma institucional e a Comissão Central ampliou para 37 o número de bispos. Em seguida, ocorreu uma nova reforma que descentralizou suas atividades com a criação de 13 Regionais. Conforme assinala Bruneau (1974), o resultado dessas reformas foi que a CNBB se tornou a soma de suas partes e a principal consequência dessas mudanças organizacionais tem relação com a capacidade de medir com mais precisão a força institucional da Igreja, pois para que se efetivem, tanto as declarações oficiais como os projetos de ação pastoral formulados no âmbito da CNBB, ambos necessitam contar com o apoio da maioria dos integrantes do episcopado nacional. O mesmo esquema deve ser aplicado quando se observa a atuação do episcopado no âmbito das regionais da CNBB²⁹⁰. Como explicar a determinação da CNBB de promulgar declarações políticas de teor altamente crítico aos governos militares? Primeiramente, é preciso destacar que a tomada de poder pelos militares agradou setores do clero católico que acreditavam que algumas ameaças ao catolicismo teriam sido eliminadas. Não surpreende, portanto, que influentes membros do clero católico tenham se reunido em caráter oficial com o primeiro presidente militar, marechal Humberto Castelo Branco. Mas o conflito Igreja-Estado tornara-

289 Nesta época o episcopado compunha-se de 243 prelados, distribuídos nas seguintes categorias: 4 cardeais-arcebispos; 32 arcebispos; 122 bispos titulares, 37 bispos auxiliares, 41 prelados, 5 administradores apostólicos e 1 abade e 1 bispo do rito.

290 Tomados como referência esses documentos constituem um nível de análise do conflito Igreja-Estado porque servem para avaliar as mudanças no discurso oficial do episcopado nacional diante dos governos militares.

se inevitável porque tinha raízes no engajamento sociopolítico do catolicismo e na determinação dos governos militares de usar de violência repressiva para bloquear todas as formas de mobilização da sociedade.

As leis discricionárias e a doutrina de segurança nacional que foram promulgadas antes do fim da década sancionaram severamente o novo padrão de ação missionária do catolicismo e a Igreja passou a ser considerada uma instituição subversiva. O posicionamento crítico da CNBB, face à conjuntura política nacional, refletia, portanto, a preocupação da expressiva maioria do episcopado nacional com a escalada da violência repressiva que passou também a vitimar membros pertencentes aos quadros eclesiais. Mesmo com a intensa repressão, a estratégia de aproximação da instituição eclesial junto às classes populares para implantação de projetos de mudança social em favor dos pobres avançou consideravelmente no período subsequente.

A gênese da Igreja popular

A expansão do engajamento sociopolítico do catolicismo brasileiro deu origem à Igreja popular. Na conceituação dos institucionalistas, a Igreja popular (ou progressista) representou a afirmação do novo padrão missionário do catolicismo brasileiro em razão do firme comprometimento de uma geração de bispos, clérigos e leigos, alinhados com a doutrina social da Igreja e engajados em projetos de transformação das estruturas sociais injustas geradoras de exclusão social; a consolidação desse novo padrão de militância católica correspondeu também à escalada do conflito Igreja-Estado.

Depois do ano de 1968, a ditadura contava com leis discricionárias e um amplo aparato de repressão que se encarregou da perseguição, tortura e eliminação de suspeitos de atividades subversivas e opositores políticos. Nessa conjuntura, a região Nordeste se converteu no centro dinâmico do envolvimento da Igreja com as lutas sociais das classes populares, desencadeando conflitos com os governos militares. As políticas desenvolvimentistas incidiram sobre a construção de grandes projetos de infraestrutura nas áreas de fronteira agrícola e o estímulo à expansão da agroindústria. Os projetos de modernização econômica beneficiaram os latifundiários revelando-se extremamente excludentes para os colonos, trabalhadores camponeses, comunidades indígenas e populações locais; o resultado foi uma espiral dos conflitos sociais que se exacerbaram com o uso da violência repressiva estatal e privada.

As dioceses e prelazias nordestinas começaram a empreender trabalhos pastorais com os trabalhadores locais ajudando na organização de sindicatos, constituição de núcleos para

formação de lideranças comunitárias e programas de alfabetização para estimular o desenvolvimento da consciência política. O mesmo padrão se verificou nas áreas de fronteira agrícola e nas capitais dos estados do Norte e Centro-Oeste. É compreensível, portanto, que duas emblemáticas organizações católicas de escopo nacional tenham sido criadas nesse período: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972 e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, atuantes até os dias de hoje.

Entre 1969 e 1974, a economia brasileira apresentou índices de crescimento sem precedentes na história, mas a expansão das atividades industriais não resultou em melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras em razão da concentração de renda, arrocho salarial, carência de políticas sociais e serviços públicos básicos como saúde, habitação, transporte, entre outros. Os anos do milagre brasileiro foram sombrios para os direitos humanos diante da sistemática repressiva, dos casos de tortura e eliminação dos opositores do regime. As dioceses e arquidioceses, localizadas nos grandes centros urbanos, desempenharam um papel importante na promoção da justiça social e defesa dos direitos humanos diante da escalada da repressão que também vitimou muitos clérigos e militantes católicos. Uma série de iniciativas bem sucedidas envolvendo a implantação de pastorais da periferia e apoio aos movimentos populares levou à criação de diversas organizações católicas como as comissões diocesanas de justiça e paz e os centros de defesa dos direitos humanos.

Os institucionalistas explicam que a Igreja Católica é refratária a qualquer interferência de poderes externos em sua autonomia decisória, na definição de suas práticas e do trabalho pastoral. Portanto, a ditadura, ao reprimir os militantes e clérigos católicos, fortaleceu a unidade entre todos os setores da Igreja contra o regime. A repressão e tortura contra opositores políticos e membros dos quadros eclesiais envolvidos em atividades pastorais converteram-se nos aspectos mais sensíveis do conflito Igreja-Estado²⁹¹. Os militares negavam, categoricamente, a prática e a existência dos centros de tortura, mas o trabalho da Igreja popular na área dos direitos humanos comprovou que se tratava de uma política de Estado. Sob o mandato presidencial do general Médici, o conflito Igreja-Estado tornou-se crítico e o governo tentou contornar a situação criando um canal informal de diálogo com o clero, na tentativa de enquadrar e canalizar as divergências para que não tivessem repercussão

291 Quando nos referimos à repressão política contra os quadros eclesiais é oportuno enfatizar que os membros da hierarquia da Igreja sempre gozaram de imunidade diante das autoridades governamentais. Os incidentes mais graves envolvendo o clero não se comparam aos casos de graves violações dos direitos humanos que vitimaram os agentes de base. Os membros da hierarquia católica foram vítimas de intimidações e ameaças de morte, ataques difamatórios, censuras, execrações públicas. A repressão contra os agentes de base e os leigos engajados envolveu maior dose de violência, resultando em prisões, sequestros, torturas, mortes e expulsões. Ver a este respeito o documento publicado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) intitulado *Repressão na Igreja do Brasil, retrato de uma situação de opressão (1968-1978)*.

pública. Este canal de diálogo foi chamado de Comissão Bipartite e funcionou secretamente entre os anos 1970 e 1974 contando com a participação de oficiais militares, representantes do governo, intelectuais católicos e um grupo de bispos considerados mais influente do episcopado nacional²⁹².

Embora os representantes do governo tenham conseguido impedir que alguns episódios de tortura viessem a público por intermédio da Igreja, a tentativa de aplacar o conflito Igreja-Estado mediante cooptação e concessões aos membros do clero não tiveram resultados práticos. O general Ernesto Geisel substituiu Médici no comando do governo e resolveu extinguir a Comissão Bipartite. O novo governo se convenceu da impossibilidade de neutralizar a ação conjunta do clero católico em razão da presença física da instituição eclesíástica em todo o vasto território nacional. Foi estabelecida uma nova linha de atuação que se baseou no diálogo com a CNBB e com bispos mais influentes, além de maior ênfase ao diálogo com o núncio apostólico, que é o representante oficial do Vaticano no país. O novo governo passou a encaminhar reclamações oficiais diretamente ao representante da Santa Sé sobre atividades subversivas envolvendo membros da Igreja, acreditando que com isso conseguiria apoio de autoridades conservadoras do Vaticano. Essa política fracassou e o conflito Igreja-Estado se agravou²⁹³. Os governos militares foram incapazes de compreender que o ativismo do catolicismo brasileiro estava fundamentado na doutrina social da Igreja e no firme compromisso dos militantes e clérigos com a promoção dos direitos humanos e no engajamento junto às classes populares. A crise econômica, o crescimento inflacionário e o aumento das desigualdades sociais e da pobreza evidenciavam o fracasso do projeto político ditatorial. Na impossibilidade de manutenção do projeto ditatorial, o governo afrouxou as amarras do regime por meio da distensão lenta e gradual a fim de restabelecer no longo prazo a democracia. Na conjuntura de liberalização política, a Igreja popular contribuiu com os movimentos em defesa da democracia, vinculando-se com todos os setores da sociedade civil organizada que passaram a lutar pela construção de um regime democrático.

292 Sobre a história da Comissão Bipartite ver Serbin, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

293 Na tentativa de enfraquecer a Igreja popular o governo Geisel adotou a política de expulsão de clérigos que eram mais críticos ao regime, passando também a negar solicitações de vistos provenientes de dioceses engajadas em atividades sociopolíticas, principalmente das áreas rurais. Essa política agravou ainda mais a chamada “crise das vocações”, porque em 1960 a Igreja contava com 11.252 padres; esse contingente correspondia a 1 padre para cada 6.200 habitantes; em 1978 a situação tinha piorado, pois a proporção era de 1 padre para cada 10 mil habitantes.

Igreja: estrutura versus agência

Os institucionalistas sustentam em suas análises que os processos de transformação da sociedade ajudam a entender as mudanças na Igreja Católica. Para se adaptar à sociedade em mudança, a Igreja altera suas diretrizes missionárias que são acompanhadas de reestruturações e inovações organizacionais. À medida que a instituição eclesiástica no Brasil alterava sua eclesiologia e firmava compromissos com as classes populares, os processos sociais e políticos em curso no período subsequente ao golpe militar contribuíram para a manifestação do conflito Igreja-Estado. Outra contribuição muito importante dos institucionalistas para a compreensão dos processos de mudanças na Igreja está relacionada com a construção de categorias analíticas que servem para tipificar posições ideológicas que permeiam os quadros eclesiásticos. As pesquisas sociais desenvolvidas a partir da década de 1960 estabelecem uma clássica distinção ideológica envolvendo conservadores e progressistas. Dentro deste esquema analítico, os progressistas estariam alinhados à doutrina social da Igreja e, por consequência, estariam mais propensos a promoverem ações de cunho sociopolítico, incluindo aí a defesa dos direitos humanos e a promoção da justiça social. Os conservadores, ao contrário, estariam mais inclinados ao ecumenismo e estariam mais propensos a eximirem-se de atividades sociopolíticas.

O problema com essas categorias analíticas é que elas se fixam na dimensão da agência, ou seja, no plano das escolhas e determinações pessoais dos atores. Vallier (1970, 1971) assinala com bastante ênfase, porém, que os membros da Igreja atuam em certas condições organizacionais que podem constranger ou potencializar suas iniciativas. Levando em consideração a unidade celular de poder dentro da Igreja, que é a diocese, a iniciativas dos bispos podem ser bloqueadas pelas condições organizacionais de suas respectivas jurisdições eclesiásticas. As condições organizacionais envolvem a abundância ou carência de recursos humanos e materiais e por isso acabam interferindo nas iniciativas dos bispos como também no trabalho dos clérigos e agentes de base. Além deste aspecto, no caso do clero em particular, que representa a dimensão da hierarquia dentro da Igreja, preocupações envolvendo questões institucionais de preservação da autonomia e da unidade internas acabam se sobrepondo às distinções ideológicas. Por essas razões, as categorias analíticas elaboradas para definir posições ideológicas dentro da Igreja necessitam ser repensadas.

Considerações finais

A Igreja Católica Apostólica Romana é uma instituição transnacional de grandes dimensões burocráticas. Embora a unidade celular de poder na Igreja seja a diocese –

comandada por um bispo nomeado diretamente pelo pontífice –, existem instâncias intermediárias de autoridade que se entrelaçam numa estrutura de poder mais abrangente. Essa configuração burocrática faz com que a Igreja seja muito ciosa da manutenção de sua institucionalidade. Este aspecto é de suma importância, porque mesmo que haja divergências ideológicas internas à Igreja, a instituição sempre está atenta para evitar rupturas internas e defender sua autonomia diante de interferências de poderes externos face à definição de sua ação missionária e dos vínculos de engajamento com a sociedade. O conflito Igreja-Estado no Brasil é justamente decorrente das tentativas do poder político governamental autoritário de bloquear a ação missionária da instituição eclesiástica.

A repressão contra membros pertencentes aos quadros eclesiásticos agravou o conflito Igreja-Estado, mas não provocou a ruptura entre ambas as instituições. A Igreja contemporânea não atua como força insurgente contra o poder ou autoridade política estabelecida, pois suas relações com os Estados nacionais se assentam na legalidade e respeito aos princípios da soberania. Este pressuposto institucional permite compreender, portanto, a permanência do diálogo entre hierarcas católicos e autoridades públicas governamentais mesmo nos momentos mais críticos do conflito Igreja-Estado. De igual modo, este mesmo pressuposto institucional ajuda a elucidar os limites do potencial revolucionário do catolicismo progressista que foi, durante algum tempo, superestimado por intelectuais de esquerda atuantes dentro Igreja e nos meios acadêmicos.

O conflito fez com que a Igreja se projetasse como uma relevante força institucional de oposição à ditadura, o que contribuiu para deslegitimar o regime ditatorial. Mas a capacidade de oposição da Igreja contra os governos militares não deve ser superdimensionada, pois é resultado da supressão dos direitos, da legalidade e das liberdades democráticas que provocou um vazio da esfera pública. Com o avanço da liberalização e da abertura política, os controles repressivos sobre a sociedade civil foram rompidos tornando possível a retomada dos processos democráticos com a criação de novos partidos e agremiações políticas, aparecimento dos movimentos sociais e de organizações de defesa dos direitos humanos. Nessa conjuntura, a Igreja permaneceu envolvida com atividades sociopolíticas engajando-se nos movimentos de luta pela redemocratização plena do país. Não obstante, à medida que a sociedade civil organizada se fortalecia, a instituição eclesiástica deixou de ser o polo dinâmico de contestação política e de monopolizar o trabalho com as camadas populares e a classe trabalhadora.

No fim da década de 1980, a sociedade brasileira havia mudado significativamente, tornou-se mais pluralista da perspectiva econômica, social e cultural e foi nesse contexto que a eclesiologia católica sofreu uma nova inflexão que conduziu a instituição eclesiástica a operar

mudanças na doutrina social. As pressões provenientes da Santa Sé contribuíram para essa mudança interna que estava sob a firme e carismática liderança do papa João Paulo II de modo que o episcopado brasileiro teve de enfrentar um novo debate em torno da separação entre religião e política. Setores do clero católico brasileiro que defendiam menos atuação política e social da Igreja acabaram sendo fortalecidos pela Cúria Romana. Sob a influência das mudanças na sociedade brasileira e de novas diretrizes pastorais emanadas da Santa Sé, o catolicismo brasileiro se volta para os problemas institucionais envolvendo a evasão de fiéis, o aumento da competição intra e inter-religiosa e a crise das vocações. O legado do catolicismo brasileiro é inquestionável, sobretudo quando se considera os direitos humanos e a justiça social em um país que, após trinta anos de superação da ditadura militar, ainda enfrenta enormes desafios para construção de um Estado de direito, uma sociedade justa, igualitária e democrática. As abordagens teóricas institucionais forneceram relevantes contribuições para elucidar os processos de mudança na instituição eclesial e o conflito Igreja-Estado. Com base na breve exposição da trajetória do catolicismo brasileiro sob a perspectiva institucionalista, faz-se necessário retornar ao ponto de partida sobre a problemática do conflito Igreja-Estado no âmbito do regime ditatorial a fim de reafirmar que não houve apoio institucional da Igreja ao golpe e aos governos militares. Contudo, essa tese não esgota o assunto e à medida que novas pesquisas sociais tratando desta temática forem sendo elaboradas elas poderão fornecer mais contribuições para o entendimento das relações e do conflito entre a Igreja e o Estado brasileiro. Espera-se que os relatórios da Comissão Nacional da Verdade forneçam o estímulo para o desenvolvimento de mais pesquisas acadêmicas sobre a história da Igreja.